

FORMAÇÃO INTEGRAL E O MUNDO DO TRABALHO:

um estudo com estudantes da Educação de Jovens e Adultos do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

*Gilmara Barbosa de Jesus*¹
(IFG, Brasil)

*Yara Fonseca de Oliveira e Silva*²
(UEG, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.874>

RESUMO: O artigo analisa as políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) e a política institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Uruaçu, em específico os fatores que contribuem (ou não) para a inserção e atuação dos estudantes egressos no mundo do trabalho, a partir das percepções dos alunos do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Trata-se de uma análise qualitativa desenvolvida a partir de revisão de literatura, análise documental e levantamento, sendo os sujeitos participantes os estudantes do Curso Técnico Integrado em Comércio na Modalidade de EJA. Este estudo trouxe o olhar e a percepção dos discentes no qual apontam a necessidade de novas estratégias para a EJA na perspectiva de uma atuação profissional efetiva e exitosa no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Formação integral. Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional. Inserção no Mundo do Trabalho. Desempenho Profissional.

¹ Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Exerceu os cargos: Analista Educacional na função de Psicopedagoga na Prefeitura Municipal de Senador Canedo; e Pedagoga-PII na função de Professora da Educação Básica - Fundamental 1ª Fase na Prefeitura Municipal de Uruaçu. Atualmente é Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Uruaçu. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0480-8528>. E-mail: gbarbosadejesus@gmail.com

² Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Pós-doutorado na Universidade do Porto, Portugal. Atua como professora titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5725-478X>. E-mail: yarafonsecas09@gmail.com

INTEGRATED FORMATION AND THE WORLD OF WORK: a study with students of Youth and Adult Education at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Brazil

ABSTRACT: The article analyzes the public policies for the *Educação de Jovens e Adultos* (EJA) and the institutional policy of the *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás* (IFG), Campus Uruaçu, specifically the factors that contribute (or not) to their insertion and performance in the world of work from students' perceptions of the *Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos* (PROEJA). It is a qualitative analysis developed from literature review, document analysis and survey, with the participating subjects being students of the Integrated Technical Course in Commerce in the EJA Modality. This study brought the view and perception of students in which they pointed out the need for new strategies for the EJA from the perspective of effective and successful professional performance in the world of work.

Keywords: Integrated Formation. Youth and Adult Education. Professional Education. Insertion in the Market Job. Professional Performance.

FORMACIÓN INTEGRADA Y EL MUNDO DEL TRABAJO: un estudio con estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos en el Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Brasil

RESUMEN: El artículo analiza las políticas públicas para la *Educação de Jovens e Adultos* (EJA) y la política institucional del *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás* (IFG), Campus Uruaçu, específicamente los factores que contribuyen (o no) a su inserción y desempeño en el mundo del trabajo a partir de las percepciones de los estudiantes del *Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos* (PROEJA). Se trata de un análisis cualitativo desarrollado a partir de revisión bibliográfica, análisis documental y relevamiento, siendo los sujetos participantes estudiantes del Curso Técnico Integrado en Comercio en la Modalidad EJA. Este estudio trajo la visión y percepción de los estudiantes en los que señalaron la necesidad de nuevas estrategias para la EJA desde la perspectiva de un desempeño profesional eficaz y exitoso en el mundo laboral.

Palabras clave: Formación Integrada. Educación de Jóvenes y Adultos. Educación Profesional. Inserción en el Mercado Laboral. Rendimiento Profesional.

Introdução

O presente estudo tem como tema de pesquisa as políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) e a política institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Uruaçu e a inserção e atuação ao mundo do trabalho na percepção dos alunos do PROEJA. O estudo se faz relevante por ter a partir do século

XX maior possibilidades de acesso à educação para aqueles que não concluíram na idade própria e, conseqüentemente no mundo do trabalho via capacitação e formação profissional para atender a demanda do contexto socioeconômico que também vem trazendo mudanças para atualidade e exigindo novos perfis profissionais.

Para poder acompanhar e atender essas demandas de mudanças nesse contexto, o Estado passa a elaborar políticas públicas educacionais e, portanto, a política do IFG vem de encontro em tentar articular a educação profissional técnica e tecnológica e o mundo do trabalho. O que é um desafio, pois o estabelecimento desta também implica em considerar as relações existentes de força de produção entre grupos e classes. Em nosso país, a recente política de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia surgiu com o intuito de desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Desse modo, há de rever também como ocorre todo esse processo na visão do aluno que irá atuar no mundo do trabalho e participará dessas relações de força.

Foram considerados para a pesquisa alunos que possui algum tipo de vínculo empregatício ou que estejam realizando o estágio curricular supervisionado, por serem os que estão mais próximos das relações que envolvem o acesso e o êxito ao mundo do trabalho.

O profissional para atuar no mundo do trabalho no contexto do século XXI tem recebido exigências em sua formação profissional que atenda a demanda social e econômica do local em que se insere e, ainda de ter competências e habilidades específicas para sua atuação. Para que essas exigências sejam atendidas surgem as ações emergentes do estado como as políticas educacionais para possibilitar que as instituições de educação possam oferecer uma formação que garanta êxito no exercício profissional, ou seja, que possa inseri-lo ao mundo do trabalho para atuação profissional futura.

Diante disso, a questão central que se apresenta é: o que as políticas públicas propõem sobre a inserção e atuação do aluno ao mundo do trabalho e como essas políticas são traduzidas na educação de jovens e adultos do curso Técnico em Comércio do IFG Campus Uruaçu a partir da percepção dos alunos cursistas?

Partindo desta questão, o objetivo deste artigo é analisar as políticas públicas para a educação de jovens e adultos (EJA) e a política institucional do IFG - Campus Uruaçu em específico os fatores que contribuem (ou não) para sua inserção e atuação ao mundo do trabalho a partir das percepções dos alunos do PROEJA.

Muitas instituições podem vivenciar a problemática de inserir seus alunos no mundo do trabalho durante sua formação. As coordenações e ou setores responsáveis pelo estágio e pela integração empresa-escola dos Institutos Federais de Educação de Goiás possuem prerrogativa importante quanto a essa questão do acesso de seus alunos no mundo do trabalho. Especificamente no caso do Campus Uruaçu no curso Técnico Integrado em Comércio - Proeja, essas coordenações têm papel primordial ao estabelecer relações entre o aluno e os arranjos produtivos locais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em particular o Campus Uruaçu com sua implantação em 2008, por meio da Portaria nº 694/2008, visava estimular

e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento estadual, regional e local; e promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

Exposto isso, infere-se que nesse processo o Campus Uruaçu deve atender as expectativas e necessidades do estudante em seu processo educativo, e para isso deve promover políticas que aproximem seus alunos dos arranjos produtivos locais, empresas, organizações, forças de trabalho etc., principalmente no que se refere a inserção deles no mundo do trabalho para que de fato isso se efetive.

Torna-se imprescindível, então, a obtenção rápida e objetiva de informações sobre os discentes, que seriam preponderantes para o traçado de estratégias que contribuirão para a sua permanência, conclusão do curso pretendido e atuação profissional, e assim, seu real sentido poderá ser alcançado, que é sua formação. O indivíduo volta para educação e em específico na modalidade EJA em busca de uma continuidade em sua formação profissional, qualificação para o trabalho e muitas vezes para ter maior acesso à emprego e que o leve para o alcance do sucesso em sua vida social, econômica e principalmente estima profissional.

Caminhos metodológicos

A abordagem adotada nessa pesquisa é de natureza qualitativa, em que prioriza a descrição e a interpretação das percepções dos indivíduos envolvidos na investigação (BOGDAN e BIKLEN, 1994). As etapas realizadas foram revisão de literatura, construção do arcabouço teórico, a pesquisa documental a partir das normativas e resoluções que regem a educação profissional no IFG na modalidade da EJA, a coleta de dados a partir da aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas, a construção do questionário e o roteiro de entrevista – instrumentos utilizado para realizar um mapeamento com os estudantes do curso Técnico Integrado em Comércio do IFG/PROEJA com 08 questões, aplicado para 18 estudantes que aceitaram participar da pesquisa. Sendo estes, aqueles que possuíam algum tipo de vínculo empregatício ou que estariam realizando o estágio curricular supervisionado, por serem os que estão mais próximos das relações que envolvem o acesso e o êxito ao mundo do trabalho.

Após a coleta dos dados empíricos foi realizado o processo de tabulação e de análise dos dados gerados com base na teoria e nos documentos selecionados referentes a EJA.

Resultados e Discussão

As transformações ocorridas no mundo do trabalho e as mudanças nas formas de produção têm influenciado tanto, no campo da ciência e da tecnologia como, na educação e vice-versa. Antunes (2009) corrobora com seus estudos sobre os sistemas de produção do capital e essas transformações nas forças de trabalho nos anos 1980 e 1990, mostrando

que a competitividade já era um marco significativo e que era responsável pelas mudanças que já eram sentidas nos patamares produtivos.

Há também de se considerar que essas transformações além de mudar as relações de forças, também mudam as relações sociais. Alguns consideraram que é através do trabalho que o indivíduo recebe a parcela a que tem direito nas relações sociais, na relação de força produtiva, ou seja, o seu salário, contribuindo para a efetivação de sua condição de cidadão na sociedade (CUNHA, 2015). Para Antunes (2009) essas relações sociais também passaram por mudanças, houve o que ele chama de divisão sexual do trabalho o que provocou à discriminação de mulheres, terceirizados e precarizados, no qual esses vivenciam menos direitos, remuneração menor ao que seria destinado à atividade atribuída ao trabalho masculino e menores condições de trabalho.

Importante perceber que essa luta da classe trabalhadora é refletida na educação superior, pois há uma necessidade imposta pelas relações do mundo do trabalho de se adquirir os níveis mais altos do conhecimento e da preparação para esse meio. Antunes (2009, p. 166) afirma que “o trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas”, essas finalidades segundo o autor são “responsáveis pelas exigências e respostas que os indivíduos assumem nas relações no mundo do trabalho”, e como tal “[...] mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece as [...] necessidades sociais”. Essas relações determinam os vínculos sociais nas relações do trabalho como a desvalorização de determinada profissão, a precarização das condições de trabalho, o baixo reconhecimento e os precários níveis de profissionalização que está predisposto para o trabalhador/aluno.

Nesse processo temos o “papel” da educação como transformadora ou conservadora das condições e das relações funcionais do mundo do trabalho (FRIGOTTO, 2010). Nesse sentido, a educação pode ser um instrumento eficaz na superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho” (FRIGOTTO, 2010, p. 34-35).

Tendo em vista esse contexto de educação pensada como processo de emancipação humana e instrumentos de superação de interesses capitalistas surge a concepção e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, com a finalidade de promover atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Ressalta-se que não somente para esses fins de desenvolvimento, como também para promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente e o diálogo com outras políticas procurando intervir identificando as potencialidades da região, suas fraquezas e necessidades, seus problemas econômicos e suas demandas educacionais e sociais (BRASIL, 2008).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) começou na época do Brasil colônia com a catequização dos indígenas, A educação ensinada aos povos era referente aos trabalhos manuais que seriam realizados por eles, além do funcionamento da economia colonial.

Depois do decreto nº 7.031 de 6 de setembro de 1878, foram criados cursos noturnos para adultos analfabetos nas escolas públicas de educação elementar, para o sexo

masculino no município da corte. Foi somente a partir da década de 1940, que a Educação de Jovens e Adultos, começou a se delinear e se constituir como política educacional.

A princípio a ideia foi formatar uma pesquisa histórica da Educação de Jovens e Adultos, porém no decorrer do trabalho foi surgindo além da história o trabalho para formação e atuação de diversos agentes, instituições e governos na constituição da EJA no Brasil. A partir daí, começou a ser reconhecida, tanto que foi criada na constituição federal no seu art. 208, sendo a educação para jovens e adultos obrigatória no ensino público fundamental.

O EJA representa, hoje, uma nova probabilidade de acesso ao direito à educação sob uma nova opção legal, acompanhada de garantias legais. A EJA não é um presente, nem um favor, tal como antes a própria legislação ou a prática das políticas educacionais a viam. A EJA é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação básica do país. É modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou médio na idade apropriada.

O EJA é o novo nome do antigo supletivo, permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo, e dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho. Formalmente não se usa mais o termo supletivo e sim é EJA, ainda que na prática sejam as mesma coisa, mas a nova nomenclatura é mais apropriada para refletir essa modalidade de ensino. O EJA pode ser de Ensino Fundamental ou de ensino médio.

O Mobral foi uma modalidade de ensino nos moldes do supletivo. Criada pelo regime militar em 1967 permaneceu ativo até os anos 80. A função do Mobral era basicamente proporcionar a alfabetização e letramento as pessoas em idade acima da idade convencional escolar.

O artigo 208 fala que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: "Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (...) §1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo". (BRASIL, 1988).

Outras conquistas apareceram como em 1990 como "ano internacional da alfabetização", a partir do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 075/90, que fazia com que os alunos que comesçassem no ensino fundamental, fossem aprovados através de exames de classificação, sem a obrigatoriedade de levar comprovante escolar anterior.

O objetivo é levar educação básica a todos aqueles que por algum motivo pararam seus estudos. Além disso, o programa oferece aos jovens, adultos, idosos, por pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, oportunidades de escolarização que o aliem a educação básica em nível médio a educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno como cidadão e profissional de qualidade.

A EJA é definida pelo artigo 37 da LDB (e lei nº 9.394/96) (BRASIL, 1996) como a modalidade do ensino que "será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e médio na idade própria".

O programa foi criado por um decreto nº 6093 de abril de 2007, seu objetivo era a universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, foi realmente uma conquista porque ele passou a financiar a educação de jovens e adultos que vinham sendo sempre precária, por parte do governo. As propostas desenvolvimento da EJA dependem de ações governamentais ponto mais contemporâneas, o caso no governo Lula, onde foi criado o programa Brasil alfabetizado, onde até, as ações de sua pasta, o ministro da educação contribui muito para diminuir o analfabetismo no Brasil criado o decreto nº 6093.

A EJA teve outra grande conquista quando o, foi incluída no Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica o FUNDEB, que havia substituído no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério o FUNDEF. O FUNDEB reservou recursos para o EJA, mesmo que eles sejam menores que os outras modalidades.

A EJA é ofertada tanto no ensino presencial, como a distância (EAD), com o objetivo principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. O programa é dividido em etapas, com abrangência do Ensino Fundamental ao médio e tem duração média de dois anos para a conclusão. A prova do EJA avalia as competências dos estudantes para a obtenção do certificado de conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio.

A Educação Profissional no IFG: o currículo integrado

A Educação Profissional, além de romper paradigmas, tem clarificado seus processos formativos e assim, ao menos em sua proposta teórica, a política institucional (IFG, 2013) deixou de lado a Figura assistencialista, tornando-se ferramenta estratégica em diversos âmbitos como o político, econômico, jurídico e cultural. Desse modo, ela acaba por se tornar uma modalidade de suma importância para a sociedade. O anseio na atualidade é que não se deixe essa modalidade de educação se transformar, pelas mãos do Estado, em uma ferramenta para adequar paradigmas e reformas às demandas do mercado. Faz-se necessário, portanto, conhecer e compreender as diretrizes e os princípios que norteiam a Educação Profissional no Brasil, que “são norteadores da atuação institucional a crescente ampliação da sua função social, a participação democrática efetiva dos seus segmentos internos e a conquista da autonomia institucional” (IFG, 2013, p. 10). O currículo integrado se apresenta no intuito de tornar o ensino unificado, tanto os conhecimentos técnicos como os gerais, em apenas uma proposta curricular. Conforme Pacheco (2010, p.10-11),

[...] nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista.

Ainda segundo o autor, “o que se propõem é uma formação contextualizada, [...] com princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” (PACHECO, 2010, p. 14).

A educação profissional tecnológica, portanto, deve buscar constantemente a qualidade social da educação e pela construção de uma sociedade solidária, inclusiva e justa, na perspectiva de um currículo que anseia e que esteja voltado para as demandas nos diversos contextos. Desse modo, configura-se prioritariamente como uma educação

para formação omnilateral/integral e humana do indivíduo, integrando-o ao seu meio social e cultural, econômico e político.

Essa formação humana deve garantir, segundo Ciavatta (2015, p. 85), “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos”.

A partir dessas contribuições e reflexões críticas, a Educação Profissional pode ser visualizada como uma estreita ligação com o mundo do trabalho. Estreita não no sentido de pequena, mas sim de próxima e em constante dinâmica, visando à formação dos seus sujeitos. Nos documentos que defendem essa modalidade, já existe o anseio de se romper a lógica dualista de educação, voltada para formação que vislumbre o mundo do trabalho e a omnilateralidade do homem, e de que os educadores que atuem na Educação Profissional assumam uma postura que supere o modelo disciplinar. Para tanto, eles precisam se apropriar de práticas pedagógicas do conhecimento de forma integrada, um currículo integrado, desenvolvendo um trabalho que seja reflexivo e criativo. Assim, poderão também promover as contextualizações didáticas que permitirão uma construção de autonomia dos estudantes, fator primordial para sua ação e atuação frente aos paradigmas do mundo do trabalho (PACHECO, 2010).

Desse modo, o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é “estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional” (IFG, 2013, p. 26), assim como garantir ações permanentes que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram afastados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Isso legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional Superior Tecnológica que, por meio de um currículo integrado, seja como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania, transformação social e formação para efetiva emancipação humana.

A proposta do IFG tem uma relação próxima com o discurso dos teóricos que defendem a ruptura do dualismo, com a proposta de educação integral, voltada para criticidade e autonomia. Essa proposta tem proximidade com uma leitura crítica dos teóricos contemplados nesta pesquisa, por isso o currículo integrado, se efetivado, poderá levar para uma formação integral, possibilitando uma educação que seja omnilateral para o homem.

Nesse contexto de transformação e mudanças do mundo do trabalho levando para o currículo uma proposta de desafios, apresenta-se a competência sobre o estágio curricular no âmbito do IFG.

Estágio Curricular no IFG: competência e regulamentação sobre sua oferta

Na realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), os documentos que regulamentam o estágio são a Resolução n.º 57 (IFG, 2014), que trata especificamente do estágio curricular supervisionado de estudantes dos cursos de

Educação Profissional Técnica e Tecnológica do IFG, bem como as Orientações para Formalização de Procedimentos Inerentes ao Estágio Curricular. Nessa Resolução, o seu inciso 1º afirma: “O Estágio Curricular deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado segundo os projetos político-pedagógicos dos cursos, buscando constituir um instrumento de integração teórico/prático, aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano” (IFG, 2014, p. 3). Esses documentos que tratam em específico do estágio são encontrados no sítio eletrônico do IFG na aba Extensão, na qual também se encontram *links* que direcionam para a Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT), como também as coordenações subordinadas a essa diretoria, a Coordenação de Estágio e Trabalho e a Coordenação de Convênios (IFG, 2014).

A DAPT é responsável pela construção, orientação e acompanhamento das parcerias institucionais com o objetivo de estimular as atividades de extensão que vão sendo desenvolvidas a partir dos conhecimentos adquiridos, de forma que haja a articulação com o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Por meio disso, viabilizam-se as políticas para o estágio curricular dos estudantes do IFG, bem como o acompanhamento dos egressos no intuito de se diagnosticar a efetividade de suas ações e de um modo geral a atuação que o IF propõe para a sociedade (IFG, 2014).

A Coordenação de Estágio e Trabalho, subordinada à DAPT, tem como responsabilidade viabilizar as políticas e o acompanhamento das práticas curriculares de estágio. Nesse sentido, acompanha todo o processo de formalização de instrumentos jurídicos que envolvem a oferta de estágio para os estudantes do IF, realiza estudos inerentes às oportunidades de estágio e trabalho. Também é responsável pelo cadastramento dos cursos nos conselhos profissionais, bem como faz o acompanhamento de egressos da instituição (IFG, 2014).

A Coordenação de Convênios, também subordinada à DAPT, é responsável por estabelecer as parcerias com outras instituições de âmbito público e privado. Com relação aos assuntos inerentes à implementação e desenvolvimento de atividades de extensão, nessas entram as atividades voltadas para o estágio dos estudantes do IFG (IFG, 2014).

A DAPT, por meio de suas coordenações, visa primordialmente ao cumprimento dos objetivos do IFG e do seu papel social frente à sociedade, levando o desenvolvimento institucional por meio de políticas públicas, conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais para as comunidades e para o mundo do trabalho (IFG, 2014).

Porém, não está muito clara a competência de viabilização da oferta com relação ao estágio curricular, seja dos cursos técnicos de nível médio ou dos cursos superiores. Os artigos 28 ao 35 tratam das partes envolvidas no processo com as competências do IFG, do estagiário, da instituição concedente, do coordenador de curso, do professor orientador e do supervisor do estágio. Contudo, a viabilização da oferta do estágio, segundo a Resolução, cabe ao IFG, mas não há uma especificação de qual coordenação ou setor específico caberia essa função. O que se infere, por meio da leitura tanto da Resolução 57 de 2014 quanto do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio (PPC) (2015), é que a Coordenação de Integração Escola-Empresa é responsável pela organização juntamente com o professor orientador de estágio pela oferta para o estudante desse curso. Contudo, muitas vezes o discente já possui um trabalho e as orientações não são muito claras para estes estudantes, o que provoca certa confusão na concretização da oferta e da regulação do estágio para este estudante trabalhador.

Percebe-se que essas coordenações, suas políticas, seus regulamentos, documentos e principalmente suas ações são fundamentais para se concretizar as relações existentes entre trabalho e educação, sobretudo na oferta e efetivação do estágio supervisionado para os estudantes. Conforme apresentado na Resolução n.º 57 de 2014, em seu inciso 2º, o Estágio Curricular visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (IFG, 2014, p. 3), ou seja, o estágio deve promover a relação teoria e prática, bem como levar o estudante à prática crítica frente à profissão.

O currículo do curso em seu PPC (2015) segue a mesma vertente das propostas anteriores apresentadas por outros documentos, como o PDI do IFG, pois propõe uma formação integral e humanística, além da formação técnica. Também objetiva romper com a dualidade de conhecimentos, integrando os saberes técnicos com os gerais. Isso denota uma formação voltada para a práxis, articulada e integral. Por isso, na próxima seção, apresenta-se o olhar do estudante acerca da sua percepção quanto a sua inserção e atuação no mundo do trabalho e as dificuldades encontradas durante o estágio supervisionado.

Percepções dos estudantes da EJA sobre sua formação e o mundo do trabalho

Nesta seção segue-se a análise dos dados empíricos gerados bem como inicialmente apresenta-se a proposta do curso pesquisado Técnico Integrado em Comércio na modalidade da EJA, no caso de instituição de educação profissional é o PROEJA, do IFG Campus Uruaçu.

A organização curricular no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) está explícita no documento base do proeja, CNE/CEB n° 11/2000 é fundamentada nos princípios do currículo integrado ponto em consonância com a função social do IFG esse curso se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando a formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnico e edificante comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social. Constitui-se em um complexo desafio, à medida que busca integrar a formação básica com formação profissional, orientando-se pelas princípios políticos e pedagógicos da EJA.

O PROEJA prevê que também a rede federal de Educação Profissional e tecnológica atenda a demanda de jovens e adultos. Instituto federal de Educação Ciências e tecnologia-IFGO opta pela oferta de cursos de níveis médio e de formação profissional, com carga horária mínima de duas mil e duzentas horas, para atender as necessidades de escolarização dos Jovens e Adultos de nossa região (IFG, 2015).

O plano de curso técnico de nível médio integrado em comércio na modalidade de EJA é fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores da educação brasileira explicitados na lei de diretrizes e bases (LDB)- lei n° 9. 394/96 hino conjunto de leis,

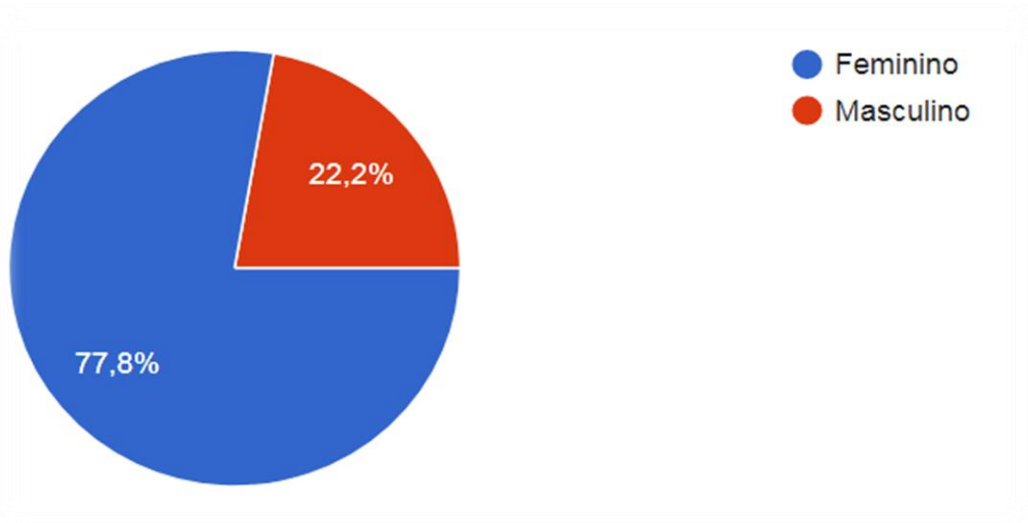
decretos, pareceres e referências curriculares que normatizam a educação profissional e o ensino médio no sistema educacional brasileiro (IFG, 2015).

O profissional egresso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Comércio na modalidade PROEJA do IFG- Campus Uruaçu deve ser capaz de processar as informações. Estes profissionais ao concluir o curso devem ser capazes de, além de outras competências: atuarem em indústrias, empresas de comércio e de serviços; e ter capacidade de negociação e atendimento ao cliente (IFG, 2015).

O estágio é um momento de fundamental importância no processo de formação profissional, pois funciona como uma "janela de futuro" através do qual o estudante a teve seu próximo modo de viver e terá duração de 200 horas relógio (IFG, 2015).

Os participantes da pesquisa colaboraram acerca de suas percepções sobre o seu curso. Segue a análise das contribuições desses estudantes.

Gráfico 1 - Gênero dos sujeitos colaboradores da pesquisa



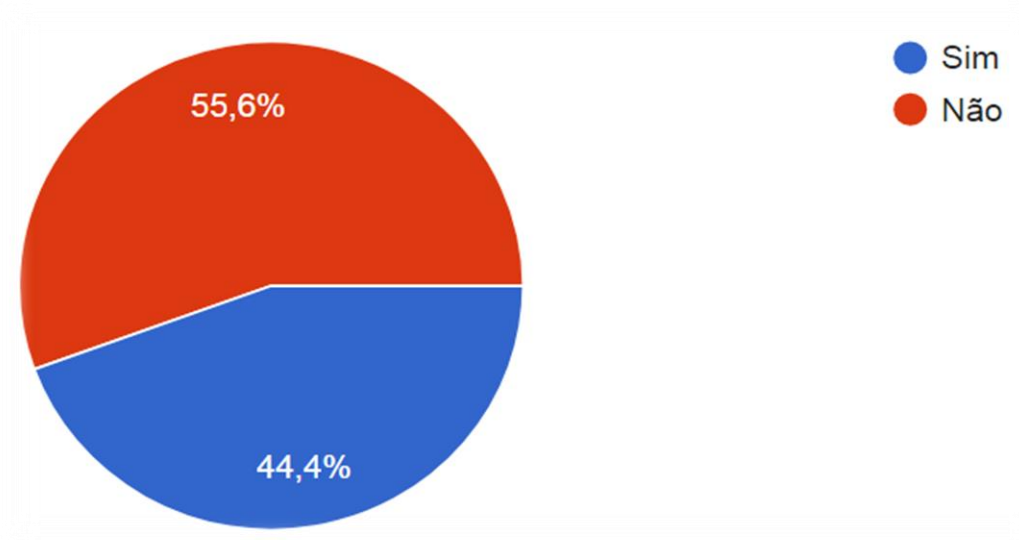
Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 1 demonstra o gênero dos sujeitos colaboradores da pesquisa, tem-se que 77,8 % são do sexo feminino e 22,2% são do sexo masculino. Isso em números totais dos 18 sujeitos referem-se a 14 mulheres e 4 homens, o que ocorre é um número expressivo de mulheres na formação da modalidade EJA nesse curso do IFG campus Uruaçu, o Técnico Integrado em Comércio.

Autores como Frigotto (2010) e Antunes (2009) defendem a ideia de que essa participação das mulheres em determinadas áreas de trabalho se deve à nova proposta do mundo do trabalho caracterizada pela globalização. Para Frigotto (2010), o processo de globalização não é um fenômeno novo, tampouco negativo para o mundo do trabalho,

pois impulsionou novos olhares e formas de perceber o capital a partir das relações sociais entre gêneros, em especial, a atuação das mulheres dentro de um contexto de emancipação no ambiente organizacional e não apenas por questão de *status*.

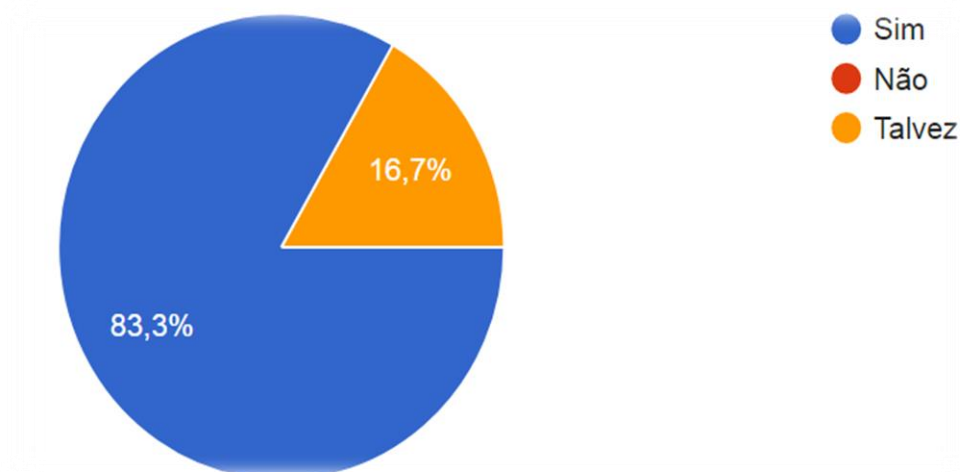
Gráfico 2 – Exercício profissional atual dos sujeitos colaboradores da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Dos estudantes entrevistados do curso pesquisado, 08 trabalhavam (44,4%) e 10 não estavam trabalhando (55,5%). Entretanto, desses 08 sujeitos que estão trabalhando atualmente, apenas 06 estudantes estão trabalhando na área do curso Comércio, sendo então 75% trabalhando na área e 25% em outras áreas.

Gráfico 03 - Possibilidade de o curso facilitar a sua inserção no mundo do trabalho



Fonte: Elaboração própria

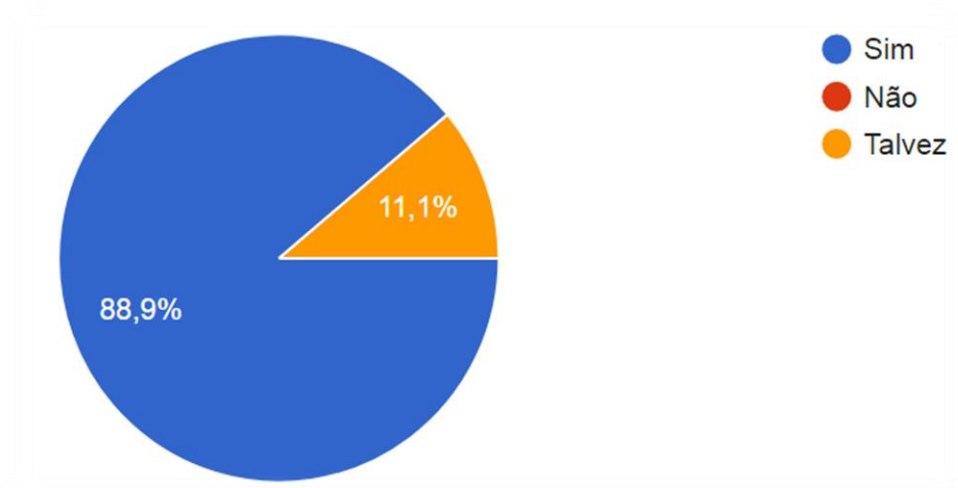
O Gráfico 03 demonstra que ainda há uma maioria significativa dos sujeitos participantes da pesquisa que acredita que seu curso é fator preponderante para inserção no mundo do trabalho. Isso porque 83,3% dos estudantes afirmaram que o curso Técnico em Comércio facilita sua inserção no mundo do trabalho. Muitos elencaram suas expectativas com o curso:

- Conseguir trabalho nessa área;
- Estar mais preparada, para futuros concursos, pois este curso está sendo muito rico, em conhecimentos gerais;
- Consegui um emprego;
- Visão renovada;
- Aprender na área de comércio;
- Quero pegar tudo que aprender e colocar em prática na minha vida profissional;
- Minha expectativa é que consiga ainda um bom emprego ou talvez passar em um concurso;
- Ser um empreendedor;
- Gerência uma loja;
- Conseguir trabalho na área de comércio com um salário melhor;
- Trabalhar na área de comércio;
- Sendo o curso rico em conhecimentos gerais, me encontro mais preparada para tentar algum concurso;
- Continuar nesta mesma área;
- Arrumar um emprego na área;

- Montar meu próprio estabelecimento comercial;
- Arrumar algo melhor;
- Da continuidade aos estudos;
- Entrar no mercado de trabalho. (PARTICIPANTES DA PESQUISA, 2020).

Para Frigotto (2010), no contexto contemporâneo do capitalismo, há um enorme entrelaçamento entre trabalho e educação, evidenciando a percepção dos estudantes do IFG Campus de Uruaçu sobre o papel da educação técnica e sua relevância na criação de formas que superem as ideologias arraigadas no processo de reprodução capitalista, ou seja, para a acumulação.

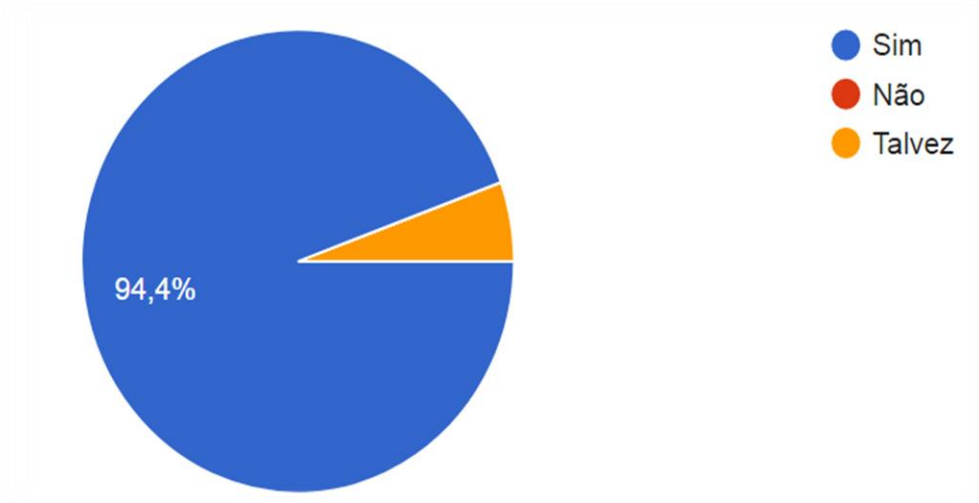
Gráfico 04 - A formação como garantia de empregabilidade



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 04 demonstra que os estudantes consideram que seu curso garante empregabilidade. A concepção de um trabalho que necessite de um sujeito cada vez mais capacitado para o mercado e produção é uma visão que ainda precisa ser superada, pois o que se espera é que o trabalho seja para além das liberdades individuais, mas, principalmente, para a libertação do coletivo, por isso a perspectiva de que ele seja concebido como princípio educativo. Contudo, com a percepção apresentada pelos estudantes, essa utopia para o trabalho mostrou-se difícil de ocorrer efetivamente.

Gráfico 05 - Disciplinas que possuem relação as exigências do mundo do trabalho

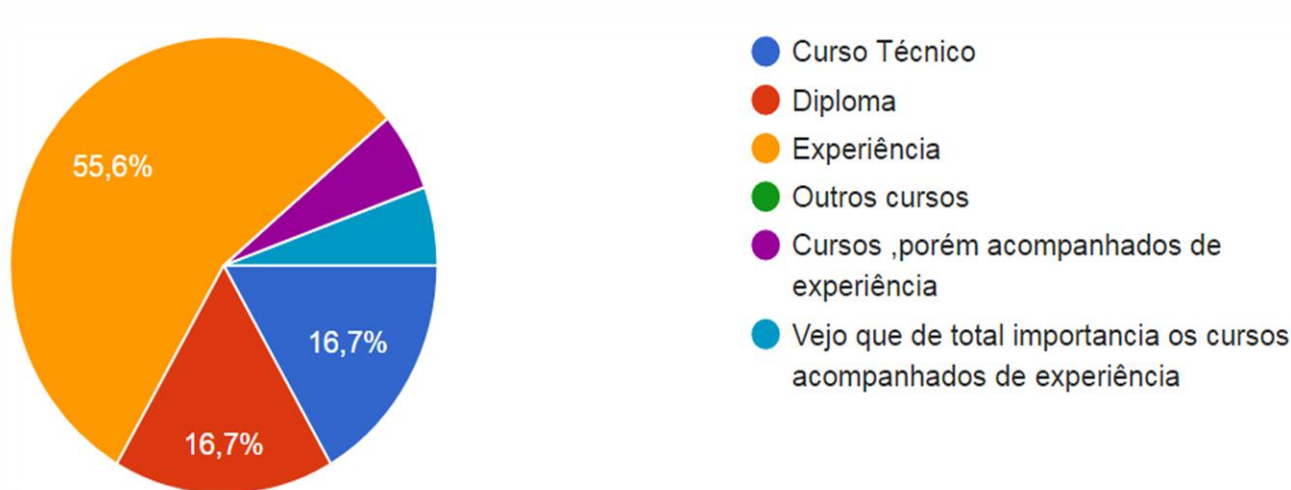


Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 05 tem-se que os estudantes demonstraram (94,4%) que as disciplinas do curso cumprem os requisitos exigidos pelo mundo do trabalho.

Já no Gráfico 06 os estudantes indicaram quais os principais requisitos que as empresas, organizações e instituições valorizam no profissional atualmente.

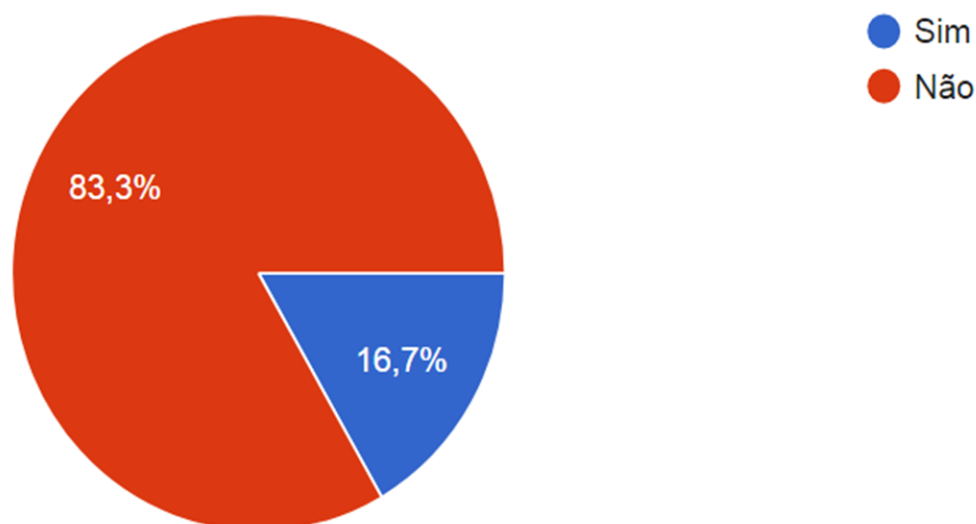
Gráfico 06: Requisitos valorizados pelas empresas, instituições e organizações.



Fonte: Elaboração própria

Nesse Gráfico 06, os estudantes, 55.6%, apontaram que a experiência é o maior requisito de valorização profissional. Já no Gráfico 07 que trata do estágio supervisionado, a maioria desses alunos ainda não fizeram esse item curricular e fundamental para sua formação.

Gráfico 07: Estudantes que já realizaram o estágio supervisionado.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 08: Requisitos a serem melhorados no curso



Fonte: Elaboração própria

Um das possíveis causas desses alunos não terem e não estarem realizando o estágio deve ser devido, além de outras causas, a Pandemia de SARS-COVID 19 que levou a paralisação de diversas atividades comerciais a partir de março de 2020 no Brasil e no mundo.

Os estudantes elencaram como alguns requisitos que necessita ser mais bem observado em seu curso.

No Gráfico 08 tem-se a demonstração de que 50% dos estudantes participantes da pesquisa estão satisfeitos com seu curso, apenas 16,7% apontaram que deveria haver uma mudança/melhoria na estrutura do estágio.

Desse modo, a centralidade da relação entre educação e trabalho requer uma postura que relacione e integre tanto teoria quanto prática, que seja então um exercício de práxis durante o estágio.

Nessa perspectiva de se relacionar teoria e prática, para Kuenzer (1985), a formação que propõe o trabalho como princípio educativo deve romper com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Segundo Manacorda (2010), a omnilateralidade pode ser conceituada como formação para o homem em sua totalidade de capacidades, que incluem para além dos materiais, de consumo e de gozo, percorrendo o usufruto dos bens espirituais e perpassando o plano cultural e intelectual.

Considerações finais

A pesquisa trouxe em seu escopo um contexto de muita batalha, avanços e muitas adequações acerca da EJA no Brasil e que ainda devem ser realizadas por meio de políticas inclusive na Educação Profissional em seus cursos técnico.

Aqui analisamos o curso Técnico Integrado em Comércio - PROEJA do IFG de Uruaçu, e chega-se à conclusão de que a proposta do curso e a formação dele na perspectiva do enunciado currículo integrado ainda requer um olhar mais propositivo e efetivo para que os estudantes possam vivenciar, na prática de seu curso, essa nova realidade. Isso porque a questão da necessidade de se obter experiência prática/técnica durante o estágio, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho por meio do que eles apontaram ser como requisito a experiência foram latentes e apontadas pelos estudantes, apesar de que eles reconhecem o grande potencial do curso para sua profissão e para o trabalho futuro.

Aqui eles demonstraram que sem uma formação seria ainda mais difícil de se inserir no mundo do trabalho, desse modo, a EJA também é elemento que facilita o trabalho no futuro.

Por mais que tenha sido apresentado um contexto de muita batalha e muitas adequações a serem realizadas por meio de políticas na Educação Profissional dos cursos integrados na modalidade EJA (PROEJA), a proposta do currículo integrado ainda requer um olhar mais propositivo e efetivo para que os estudantes possam vivenciar, na prática formativa, essa nova realidade. Isso porque a questão da fragilidade da relação teoria e prática, a necessidade de se obter experiência prática/técnica durante o estágio e as dificuldades de inserção no mundo do trabalho foram latentes e apontadas pelos estudantes.

Por isso, essa educação como perspectiva de formação integral deve ser pensada e discutida por todos os sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação, apontando novas políticas, propostas e novas ações que sejam de fato efetivadas para que o estudante, que usufrui de seus cursos, possa vivenciar e trazer em sua percepção a efetividade do currículo integrado. De modo que, essa perspectiva deve ser levantada e contemplada nos documentos institucionais do IFG, bem como no Projeto Político Pedagógico e nos projetos de cursos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOGDAN, Robert; BLIKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei 11892/08**. Congresso Nacional: 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9394/96. Brasília, DF: DOU, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: *Senado Federal*: Centro Gráfico, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2012 a 2016. IFG. Goiânia: IFG, 2013.

IFG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2019 a 2023. IFG. Goiânia: IFG, 2018.

IFG. **Resolução n.º 057 CONSUP/IFG, de 17 de novembro de 2014**. Regulamento de Estágio Curricular dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. 2014. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao572014.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

IFG. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG. Uruaçu: 2015.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1985.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Max e a pedagogia moderna.** [tradução Newton Ramos-de-Oliveira]. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2010.

Submetido em: 08/07/2021

Aprovado em: 27/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

